

A ESCRAVIDÃO EM "A RIQUEZA DAS NAÇÕES" DE ADAM SMITH

ANTONIO PENALVES ROCHA
Universidade de São Paulo

RESUMO

Adam Smith em "A Riqueza das Nações" analisa o uso do trabalho escravo apresentando comparações com uso do trabalho livre. Este artigo expõe estas análises articulando-as às principais bases do pensamento econômico do referido autor.

SLAVERY IN ADAM SMITH'S WEALTH OF NATIONS

ABSTRACT

Adam Smith, in the "Wealth of Nations" compares the use of slave and free labor. This article describes this analysis within the context of Smith's economic ideas.

As idéias de Adam Smith exerceram e continuam exercendo um papel de indiscutível importância histórica, sobretudo por terem sido incorporadas ao liberalismo. Entre elas acha-se o resultado de uma série de observações sobre a escravidão, cujo sucesso foi semelhante ao das idéias do mesmo autor sobre o Estado, a sociedade e a economia. De fato, principalmente no *Inquiry into the Nature and the Cause of the Wealth of Nations* (1776) Adam Smith apresentou análises sobre o uso do trabalho escravo, cujos eixos foram reproduzidos pelos economistas clássicos e instalados, por um bom tempo, na historiografia como verdades axiomáticas sobre a escravidão. O propósito deste artigo é expor tais observações e

tentar mostrar como elas se relacionam com os principais ítems do pensamento de Adam Smith (1).

A primeira referência à escravidão em *A Riqueza das Nações*, aparece numa passagem do Capítulo VIII do Livro I - Intitulado "Dos Salários do Trabalho" -, onde se acha uma descrição sobre a dilatação e contração da oferta de trabalhadores livres, determinadas pelo nível dos salários, que estimulam ou inibem o "casamento e a multiplicação dos trabalhadores". Oferecendo salários, os patrões intervêm nesse processo, o que os torna, segundo Adam Smith, responsáveis pela verificação do desgaste do trabalhador livre, pois podem, em consequência do papel econômico que desempenham, "perpetuar a raça dos jornaleiros e dos servos a ritmo crescente, decrescente ou estacionário, consoante a procura da sociedade o exija em cada momento" (2). A atribuição dessa responsabilidade aos patrões contrariava a idéia, exposta por James Steuart poucos anos antes da publicação de *A Riqueza das Nações*, segundo a qual o senhor assume o encargo pelo desgaste do escravo, ao passo que o desgaste de um "servo livre" é um encargo dele mesmo (3).

No entanto, ainda de acordo com Adam Smith, os encargos com o escravo são mais dispendiosos que os com o servo livre, posto que enquanto aquele é administrado por um "patrão negligente ou um capataz desleixado", este se

- (1) Este procedimento constituiu apenas o primeiro passo para a análise das observações de Adam Smith sobre a escravidão. Para uma visão mais abrangente do assunto, teriam de ser analisadas também as origens dessas observações, a permanência delas no tempo e sobretudo o significado ideológico que adquiriram nos fins do século XVIII, quando ocorriam transformações no capitalismo. Na realidade, este artigo é parte integrante de um estudo que venho fazendo sobre A Escravidão na Economia Política, sendo que alguns resultados parciais, atinentes a essas questões, já foram obtidos e publicados pela *Revista de História*, USP, 120:97-108, 1989.
- (2) Adam Smith - *Riqueza das Nações* (1776). Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1981, v. 1, p. 199.
- (3) Comparando o trabalhador livre com "os pássaros selvagens e os animais do campo", Steuart isentou estadistas e senhores da responsabilidade de cuidar deles, haja vista que eles "não são alimentados, a não ser que alguém queira se apropriar do trabalho de um ou da carne de outro". James Steuart - *Inquiry into the Principles of Political Economy* (1767). Chicago, 1966, v. 1, p. 168.

auto-administra. Assim sendo, “os desregramentos que geralmente se verificam na administração dos ricos, introduzem-se na gestão dos primeiros; a estrita frugalidade e parcimônia dos pobres refletem-se de modo igualmente natural na dos segundos” (4).

Ao comparar os diferentes graus de despesa com a administração de trabalhadores livres e escravos, Adam Smith concluiu que a “experiência de todas as épocas (mostra que é) mais barato o trabalho realizado por homens livres que o executado por escravos”. A abrangência desta conclusão é de tal ordem que assume o caráter de um princípio, adequado a qualquer circunstância histórica, que contém a primeira objeção de Adam Smith à escravidão; sua enunciação é bastante clara: em consequência da maneira pela qual é administrado, onde quer que o trabalho escravo seja empregado, ele é mais caro que o trabalho livre.

Se, de um lado, para explicar sobre as flutuações do mercado de trabalho e dos seus efeitos, Adam Smith se apoiou numa observação de Cantillon, de outro, não seguiu o ponto de vista deste mesmo autor sobre a escravidão. Com efeito, para Cantillon a utilização do trabalho escravo proporcionava uma vantagem: quando um proprietário tivesse criado um número de escravos que ultrapassasse às suas necessidades, podia vender o excedente, “como faz com o gado”, obtendo, com isso, “um preço proporcional ao gasto que teve para criá-los até a idade adulta ou até o momento em que possam trabalhar, descontados os casos de doença ou velhice” (5).

No Capítulo II do Livro III, Adam Smith voltou a tratar da questão do trabalho escravo, fornecendo alguns dados sobre a história da escravidão depois do fim do Império Romano. Considerou que os locatários da terra no “antigo estado da Europa” eram chamados de servos, explicando que “eram todos, ou quase todos escravos”, embora a escravidão a que estavam sujeitos fosse “de um tipo mais suave do que a que se verifica entre os antigos gregos e romanos, ou mesmo nas

(4) Adam Smith, op. cit., v. 1, p. 199.

(5) Richard Cantillon - *Ensayo sobre la Naturaleza del Comercio en General* (1755). México, Fondo de Cultura Económica, Trad. esp., 1950, p. 32.

colônias das Índias Ocidentais" (6). Ao identificar os servos feudais com os escravos, Adam Smith não inaugurou um tipo de classificação; na verdade, procedeu do mesmo modo que os fisiocratas, que só distinguiram aspectos formais nas diferenças entre ambos.

Nesse mesmo capítulo, o economista destacou que este tipo de escravidão "ainda subsiste na Rússia, Polônia, Hungria, Boêmia, Morávia e muitas regiões da Alemanha. Só nas Províncias Ocidentais e Sudoeste da Europa é que foi sendo gradualmente abolida" (7).

Para E. Cannan este mapeamento das "nações escravistas" está ligado a uma afirmação que aparece no *Lectures on Jurisprudence*. . . : "uma pequena parte da Europa Ocidental é a única parte do globo que está livre da escravidão (. . .) e não é nada em comparação com os vastos continentes onde ela ainda subsiste" (8). De qualquer modo, acham-se aí elementos suficientes para confirmar o argumento apresentado anteriormente: escravidão e servidão foram igualadas por Adam Smith.

Depois de desenhar esse mapa, Adam Smith denunciou os efeitos econômicos nocivos provocados por tal regime de trabalho. Para isto retomou a argumentação já desenvolvida no Capítulo VIII do Livro I, que apontava o trabalho escravo como o mais caro de todos. No entanto, agora já não havia mais a necessidade de assinalar o porquê do alto custo da manutenção dos escravos; tal tarefa já fora realizada noutro lugar. Sendo assim, construiu um novo argumento para demonstrar que o escravo "não tem outro interesse senão o de comer o mais que puder e trabalhar o menos possível".

Mas, por que faltaria aos escravos empenho no trabalho? Para Adam Smith a rejeição ao trabalho era um comportamento universal, regra quebrada somente se o trabalhador vislumbrasse a possibilidade de realizar o seu interesse próprio, cujo objetivo era, em última análise, a aquisição da propriedade. Quando essa possibilidade inexistia, nenhum homem

(6) Adam Smith - op. cit., v. 1, p. 664.

(7) *Id. Ibid.* - v. 1, p. 665.

(8) A edição do *Riqueza das Nações* que está sendo usada aqui foi organizada por E. Cannan e este comentário aparece como uma nota de rodapé, complementando a afirmação de Adam Smith acima citada.

está disposto a trabalhar e "qualquer trabalho que passe para além do que lhe é necessário para a sua subsistência só lhe pode ser arrancado pela violência" (9).

Merece ser posto em relevo o fato de que Adam Smith empregou esse argumento ao se referir à escravidão na antigüidade grega e romana. Sendo assim, embora suas atenções estivessem concentradas em uma época histórica particular - a antigüidade -, sua conclusão sobre a escravidão é genérica. Tal procedimento decorre de duas certezas do autor: primeiro, a História fornece exemplos à Filosofia; segundo, não há especificidade histórica da escravidão antiga; pode haver, quando muito, algumas particularidades que lhes foram impostas pela época, mas o fenômeno em si é universal, produzido por um dos aspectos da natureza humana. Assim sendo, não vem ao caso as especificidades da escravidão na Grécia, em Roma, na Europa Oriental do século XVIII ou nas colônias das Índias Ocidentais; onde quer que ela apareça, haverá falta de motivação do escravo para trabalhar. Por outro lado, haverá motivação sempre que o trabalhador for impulsionado pelo seu interesse próprio.

A julgar pelos trechos de *A Riqueza das Nações* já citados, não estaria o autor involuntariamente enunciando os termos de um paradoxo, na medida que de uma só vez denuncia inconveniências econômicas da escravidão e reconhece o uso do trabalho escravo em "vastos continentes"? Na realidade não há paradoxo algum, pois, segundo *A Riqueza das Nações*, a escravidão resulta de uma paixão humana e se realiza sob certas condições históricas: "o orgulho do homem fá-lo gostar de dominar e nada o mortifica mais do que ser obrigado a condescender para persuadir os seus inferiores. Assim, sempre que a lei permite, e a natureza do trabalho o admite, preferirá, geralmente, o serviço de escravos ao de homens livres" (10). Deste modo, se a origem e o uso do trabalho escravo decorrem de um elemento da psicologia humana - o orgulho -, a escravidão tem um caráter universal, podendo ocorrer em qualquer época da história. De qualquer maneira, tal paixão deveria ser refreada, pelos prejuízos econômicos que acarretava.

(9) *Id. Ibid.* - v. 1, p. 666.

(10) *Id. Ibid.* - v. 1, p. 666.

No Capítulo IX do Livro IV, Adam Smith retomou seus comentários sobre a escravidão na antiguidade greco-romana, fazendo mais uma restrição econômica a este regime de trabalho, desta vez relacionada com a falta de inventividade do escravo.

Antes de tudo, ao dissertar sobre essa questão recorreu à diferentes tempos verbais. Depois de assegurar que na Grécia e em Roma os escravos *eram* os produtores diretos em todas as atividades produtivas, Adam Smith fez uma série de ilações sobre a escravidão, usando, para isso, verbos no tempo presente. Seguramente isso nada tem a ver com questões de estilo, mas trata-se de um procedimento lógico para extrair novas generalizações sobre o assunto, seguindo o mesmo padrão anterior, ou seja, retirando exemplos da história para elaborar um princípio sobre um fato - a escravidão - ligado à natureza humana.

O que interessa é que nesse Capítulo o economista escreveu: "os escravos raramente são (grifo meu - APR) inventivos e os melhoramentos mais importantes, quer no que diz respeito às máquinas, quer ao arranjo e distribuição do trabalho que o vem facilitar e diminuir, ficaram a dever-se aos homens livres" (11).

A superioridade dos homens livres sobre os escravos no que se relaciona com a inventividade, era atribuída à recusa dos senhores em aceitar inovações sugeridas pelos primeiros, posto que elas poderiam reduzir o tempo de trabalho, o que os últimos viam como "sugestão à preguiça ou desejo de poupar energias à custa do seu amo". Desse modo, prosseguiu Adam Smith, todas as vezes que indicava uma inovação nas técnicas de produção, "o pobre escravo, em vez de uma recompensa, recebia provavelmente muitos insultos e talvez mesmo um castigo. Assim, nas manufaturas produzidas pelos escravos ter-se-á empregado, geralmente, mais trabalho para executar a mesma quantidade de trabalho do que naquelas efetuadas pelos homens livres" (12). Ao concluir esse assunto, Adam Smith afirmou, mais uma vez, que, também por este motivo, o trabalho escravo era o mais caro de todos.

(11) *Id. Ibid.* - v. 2, p. 280.

(12) *Id. Ibid.* - v. 2, p. 281.

A principal manifestação da convicção de Adam Smith sobre a universalidade e ahistoricidade do trabalho escravo encontra-se na pouca atenção que dispensou à escravidão nas colônias da América. De fato, poucas linhas foram dedicadas a ela no Capítulo VII - "Das colônias" - do Livro IV, onde observou que nas colônias que cultivavam a cana-de-açúcar o trabalho era feito por escravos negros, porque, "segundo se supõe", era impossível ao branco europeu "aguentar o trabalho de cavar a terra sob o sol escaldante das Índias Ocidentais". No entanto, a escravidão negra não mereceu uma formulação teórica que tratasse da sua especificidade. Realmente, neste Capítulo Adam Smith limitou-se a equiparar os escravos ao gado, opinando que "o lucro e êxito da cultura executada" pelos escravos dependerá, como aquela executada pelo gado, de uma "boa administração" (13), cujo emprego fez as colônias francesas prosperarem.

Nesses trechos aqui citados de *A Riqueza das Nações*, encontram-se as principais idéias de Adam Smith sobre a escravidão. Resumindo, elas trazem as seguintes informações: 1) são idéias anti-escravistas, sendo as restrições à escravidão de caráter exclusivamente econômico; 2) não dão atenção especial à escravidão colonial, equiparando-a com a escravidão antiga e a servidão, isto é, formulam princípios econômicos gerais que se aplicam a qualquer um desses casos, muito embora o ponto de referência para as reflexões seja a escravidão antiga; 3) dadas certas condições históricas e geográficas (a natureza do trabalho, leis que permitam a sua existência ou o "sol escaldante das Índias Ocidentais) haverá preferência pelo uso do escravo, pois o orgulho faz que os homens adquiram o gosto de dominar os inferiores; 4) finalmente, o núcleo dessas opiniões econômicas anti-escravistas é a idéia da careza do trabalho escravo, que advém, das despesas requeridas para a manutenção do escravo, ou da sua falta de empenho no trabalho, ou ainda da falta de inventividade na sociedade escravista.

A esta altura, convém voltar a atenção para um aspecto do pensamento de Adam Smith sobre a escravidão, que, à primeira vista, aparenta ser uma contradição com o conjunto das suas opiniões anti-escravistas. Numa passagem acima ci-

(13) *Id. Ibid.* - v. 2, p. 137.

tada do *Riqueza das Nações* lê-se que a "natureza do trabalho" é uma das condições para a existência da escravidão. Ao expor tal princípio, o autor mencionou que "o cultivo do açúcar e do tabaco suporta as despesas do trabalho escravo, mas, segundo tudo indica, na época atual, o cultivo de cereais não" (14). Informou, em seguida, que "nas nossas colônias açucareiras" só há escravos trabalhando, enquanto que "nas nossas colônias de tabaco" a escravidão predomina, embora haja trabalhadores livres.

Na frase subsequente, o tema - produção colonial - continua em pauta, mas sem se referir à escravidão. Realmente, Adam Smith deixou de lado a questão da escravidão nas lavouras coloniais, para fornecer dados sobre os lucros da produção açucareira que, "em qualquer das nossas colônias da Índias Ocidentais, são normalmente muito superiores aos de qualquer outra cultura conhecida na Europa ou na América; e os lucros de uma plantação de tabaco, embora inferiores aos do açúcar, são superiores aos dos cereais" (15).

O primeiro contacto com essa opinião causa-nos a impressão que Adam Smith demoliu, com uma única penada, todo o edifício teórico que construíra para apontar os prejuízos provocados pela escravidão. De fato, se o trabalho do escravo é mais caro de todos, como é possível justificar que os lucros do açúcar das Índias Ocidentais, produzido por escravos, sejam superiores aos de qualquer outra cultura da Europa e América? Não houve da parte de Smith nenhuma preocupação em desfazer o mal-entendido criado no texto, sendo que depois de apresentar essas informações iniciou um novo parágrafo para examinar os *métayers* na França.

A questão da alta lucratividade do açúcar só fica melhor explicada num outro Capítulo do livro, o de número XI do Livro I, que trata da renda da terra. Nele Adam Smith afirmou que a oferta de açúcar não supre a demanda européia, e este produto "pode ser vendido àqueles que estão dispostos a pagar mais do que o suficiente para remir toda a renda, lucro e salá-

(14) *Ib. Ibid.* - v. 1, p. 666.

(15) *Id. Ibid.* - v. 1, p. 325.

rios necessários para o preparar e trazer até ao mercado” (16). Não bastasse isto, referiu-se também, neste mesmo capítulo, a um dado, segundo o qual “um plantador de açúcar considera que todas as suas despesas de cultivo devem ser cobertas pelo rum e pelos melaços e que todo o açúcar deve corresponder ao lucro líquido” (17). É verdade que Adam Smith fez restrições a esse dado, caracterizando-o como vulgar e, assim, colocando-o sob suspeita; no entanto, se o citou sem demonstrar que ele não era digno de crédito, reconheceu implicitamente que tinha diante de si informações importantes.

Seja como for, a oferta inferior à demanda e a manutenção das despesas de produção do açúcar pela venda do rum e do melaço, indicam que os altos lucros da produção açucareira não têm nenhuma ligação com o uso do trabalho escravo; uma frase, a careza do trabalho escravo não afeta a alta lucratividade da economia açucareira, nem tampouco garante seus altos lucros; estes surgem em consequência do conjunto de particularidades que envolve a economia açucareira das colônias.

Por fim, cumpre enquadrar essas idéias sobre a escravidão dentro da moldura formada pelo pensamento econômico de Adam Smith.

O seu ponto de partida é o reconhecimento da existência de “liberdades naturais”, que dariam à sociedade uma configuração diversa daquela que a caracterizava. Elas não haviam sido instauradas até então em virtude da interferência do Estado nos negócios da sociedade; com o fim dessa interferência, as “liberdades naturais” ordenariam a vida social. A propósito dos danos derivados dessa ação do Estado, Adam Smith já havia se manifestado em 1755, antes, portanto, da publicação de *A Riqueza das Nações*: “o homem é geralmente considerado pelos estadistas e planejadores como material de uma espécie de mecânica política. Os planejadores conturbam a natureza no curso da sua atuação nos negócios humanos, quando bastava deixá-la livre, permitindo que persiga seus fins para que possa estabelecer os seus próprios desígnios” (18).

(16) *Ib. Ibid.* - v. 1, p. 325.

(17) *Id. Ibid.* - v. 1, p. 326.

(18) *Apud* John Rae - *Life of Adam Smith* (1895). New York, 1965, p. 62.

A natureza estava presente nos homens através do “esforço natural de cada homem para melhorar a sua própria condição”, como Adam Smith escreveu em *A Riqueza das Nações*. Se esse esforço fosse liberado, ou seja, se ele não fosse bloqueado pela intervenção do Estado, as liberdades naturais” seriam instaurada. A partir daí, a tentativa de realização do interesse próprio ocupando o papel de motor da ação individual e, por isso mesmo, daria uma nova configuração às relações sociais.

Nesse mesmo livro, Adam Smith mostrou que partes do tecido formado pelas relações sociais, já eram urdidos pelos interesses pessoais: “não é da bondade do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles tem o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhe falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles” (19).

Quando todos os homens agirem “para melhorar a sua própria condição”, a sociedade será beneficiada, pois, os interesses pessoais coincidem com os coletivos. Com as “liberdades naturais”, os benefícios coletivos seriam alcançados independentemente da intenção de cada um dos agentes sociais, sendo que a administração da nova ordem ficaria a cargo de uma “mão invisível”. Ao se referir às vantagens que um homem obterá ao aplicar capitais na indústria do seu país, Adam Smith afirmou que ele não deve se preocupar com o bem comum; isso sim, promover a prosperidade da indústria, a fim de aumentar os seus ganhos; “neste como em muitos outros casos, está sendo guiado por uma mão insível para atingir um fim que não fazia parte das suas intenções. Nem nunca será muito mal para a sociedade que ele não fizesse parte das suas intenções. Ao tentar satisfazer o seu próprio interesse promove, frequentemente, de uma maneira mais eficaz o interesse da sociedade, do que quando realmente o pretende fazer”. Alias, a confiança de Adam Smith nos resultados beneficentes dessa mecânica foi de tal ordem que colocou sob suspeita as atividades econômicas que visavam realizar o bem comum: “nun-

(19) Adam Smith - op. cit., v. 1, p. 95. E. Cannan indicou que todo o parágrafo que contém esta frase baseia-se no diálogo VI da *Fábula das Abelhas* de Mandeville.

ca vi nada de bom feito por aqueles que se dedicaram ao comércio pelo bem público. Na verdade, não é um tipo de dedicação muito comum entre os mercadores, e não são necessárias muitas palavras para os dissuadir disso" (20).

Pode se averiguar, por meio dessas idéias, que o egoísmo assumia um valor positivo dentro do pensamento smithiano, sendo dotado da capacidade não só de reger as relações sociais como também de trazer benefícios à sociedade. Neste sentido, essas idéias eram tributárias de *A Fábula das Abelhas: os Vícios Privados são os Benefícios Públicos*, escritos por Bernard de Mandeville, embora Adam Smith tivesse criticado este livro no *Teoria dos Sentimentos Morais* (21).

Em suma, pelas idéias de Adam Smith a emergência dos benefícios sociais derivados das "liberdades naturais" estava condicionada à ação natural dos homens para defender os seus interesses próprios. A instauração dessas liberdades era a garantia para o acesso das nações ao universo da riqueza e da felicidade.

O fim último do interesse de cada homem é a aquisição da propriedade, tida como fonte de segurança, gozo e renda. Ocorre que ela só poderá ser adquirida se os homens forem proprietários do seu próprio trabalho, ou seja, "a propriedade de que todo homem goza relativamente ao seu próprio trabalho, sendo a base originária de qualquer outra propriedade (grifo meu - APR) - é de todas a mais sagrada e inviolável. Todo o patrimônio de um homem pobre consiste na sua força e habilidade de suas mãos; impedí-lo de aplicar essa força pela forma que melhor lhe parece, desde que não cause prejuízo ao seu próximo, constitui uma clara violação da mais sagrada das propriedades" (22).

(20) *Id. Ibid.* - v. 1, p. 758.

(21) A crítica de Smith dirigiu-se à falta de discernimento de Mandeville para diferenciar o bem do mal. Ela se inicia com o seguinte argumento: "a grande falácia do livro do doutor Mandeville é a de apresentar cada paixão como totalmente viciosa, sendo assim em qualquer grau ou em qualquer direção. . .". Adam Smith - *The Theory of Moral Sentiments*. (1756). Nova York, 1966, p. 458. A respeito das críticas a Mandeville ver Críticas de la Fábula de las Abejas, compiladas por F. B. Haye em *La Fabula de las Abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública* de Bernard de Mandeville. México, Fondo de Cultura Económica, trad. esp., 1982.

(22) Adam Smith - *Riqueza das nações*. op. cit., v. 1, pp. 268-269.

Assim, para Adam Smith a "mais sagrada das propriedades" é a propriedade pessoal do trabalho, condição *sine qua non* para a instauração das "liberdades naturais". Com efeito, quando o trabalho - tido como aplicação de uma energia biológica e psíquica individual - torna-se propriedade pessoal do trabalhador, todas as coisas são passíveis de serem transformadas em propriedades. Exatamente aí se iniciaria a caminhada das sociedades em direção a um mundo melhor, pois estão dadas as condições para que cada homem empregue seu "esforço natural" para adquirir a propriedade. Concomitantemente à aplicação desse esforço, dar-se-ia a instauração das "liberdades naturais", inaugurando uma ordem social marcada pelo predomínio da riqueza e da felicidade.

Esse arazoado fundamenta as idéias anti-escravistas de Adam Smith. Com efeito, a escravidão, como regime de trabalho, é um obstáculo à instauração das "liberdades naturais", pois a prosperidade só ocorre onde há liberdade, entendida "na atual acepção da palavra Liberdade", ou seja, onde tenha sido eliminados "os principais atributos da servidão e da escravidão" (23). Noutros termos, aos olhos de Adam Smith a escravidão e a servidão feudal eram obstáculos ao advento de uma nova ordem, porque os trabalhadores que estavam submetidos a uma ou a outra, não eram proprietários do próprio trabalho. A nova ordem só será instaurada quando houver a libertação da propriedade; como a propriedade do trabalho funda as demais propriedades, o desencadeamento do processo que irá instaurar as "liberdades naturais" exige a eliminação da escravidão.

Reside também nessas considerações o motivo que levou Adam Smith a crer que o trabalho livre era mais vantajoso que o trabalho escravo. No regime das "liberdades naturais", o trabalhador livre cuidaria parcimoniosamente da sua única propriedade - o trabalho -, se empenharia no exercício das suas atividades e seria inventivo, porque estaria empregando todo o seu patrimônio no "esforço (. . .) para melhorar a sua própria condição".

(23) No original Smith usou as palavras *villanage and slavery*. Deve ser salientado que esta definição de liberdade foi retirada do seu contexto. Na verdade, o autor a utilizou ao tratar "Da ascensão e progresso de cidades e burgos após a queda do Império Romano", que constitui o Cap. III do Livro III. Resolvi usá-la por acreditar que expressa verdadeiramente o conceito smithiano de liberdade. *Id. Ibid.*, p. 681.

Compreende-se melhor o porquê do anti-escravismo de Adam Smith, ao enquadrá-lo nas principais linhas do seu pensamento. Entretanto, muito embora seja necessário, este procedimento não é suficiente para explicar o seu principal argumento anti-escravista: o trabalho escravo é o mais caro de todos.

Howard Temperley salientou o caráter excepcional que esse argumento assume, em relação aos demais que aparecem em *A Riqueza das Nações*: "ele não está baseado em nenhum tipo de análise de custos. Isto é surpreendente porque em todos os lugares de *A Riqueza das Nações*, (Adam Smith) se mostrou perfeitamente capaz de reconhecer lucros e perdas" (24). Cabe acrescentar um ponto à observação de Temperley: tampouco Adam Smith isolou esse mesmo argumento para demonstrar, por qualquer outro meio, o motivo que fazia do trabalho escravo o mais caro de todos. Tal argumento sempre aparece acoplado a outras críticas feitas à escravidão, ou seja, acoplado aos altos encargos dispendidos com a manutenção do escravo, à resistência do escravo ao trabalho ou à ausência de inventividade onde quer que haja escravos.

Isso não quer dizer que deva ser posta sob suspeita a sinceridade de Adam Smith, quando ele afirmava que o trabalho do escravo era o mais caro de todos; não há dúvida de que ele acreditava expressar uma verdade irrefutável. No entanto, como o argumento não é demonstrado de *per se*, parece ser um recurso lógico, que atua como corolário de uma série de proposições. Deste modo, o argumento de que o trabalho escravo é o mais caro de todos só adquire sentido dentro das linhas gerais do pensamento de Adam Smith. Explicando melhor, o trabalho escravo só pode ser o mais caro de todos porque a escravidão é a manifestação mais bem acabada dos regimes de trabalho que retiram do trabalhador a propriedade do trabalho. E era necessário apontar o trabalho escravo como o mais caro de todos para efeitos doutrinários, postos que a escravidão era o principal obstáculo para a realização das "liberdades naturais".

Enfim, ao fazer do interesse pessoal o motor da vida econômica e social, Adam Smith elaborou um princípio que se tornou o fundamento da Economia Política clássica. Seguindo este mesmo fundamento, os economistas políticos clássicos também combateram a escravidão, muito embora ampliassem a gama dos argumentos econômicos anti-escravistas.

(24) Howard Temperley - "Capitalism, Slavery and Ideology" in *Past & Present*. Oxford, nº 75, maio de 1977, p. 107.